

A TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO GOVERNO FEDERAL: UMA LEITURA A PARTIR DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO IPEA (2010-2020)¹

Igor Ferraz da Fonseca²

Daniel Pitangueira de Avelino³

João Cláudio Basso Pompeu⁴

Joana Luiza Oliveira Alencar⁵

Roberto Rocha C. Pires⁶

Sandro Pereira Silva⁷

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória das instituições participativas (IPs) federais a partir das pesquisas do Ipea sobre o tema nos últimos dez anos (2010-2020). A ênfase será dada às várias fases e características assumidas pelas IPs no governo federal (GF), em um contexto marcado pela “ascensão e queda” em torno da temática.

A produção ipeana sobre o tema é anterior ao surgimento da Diest e, mesmo depois de sua criação, não é exclusiva da diretoria. Quando a Diest foi criada, as IPs estavam em franco crescimento no GF, o que é comprovado pelo aumento no número e nos graus de institucionalização de conselhos, conferências nacionais, audiências públicas, consultas públicas e ouvidorias.

O grupo de pesquisa da Diest que estuda o tema⁸ elaborou diagnósticos e pesquisas inéditas sobre o funcionamento das IPs. Além disso, o próprio conceito de participação foi ampliado para além das IPs tradicionais, com base nas interfaces socioestatais. Tais estudos influenciaram diretamente a concepção da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

Se, por um lado, a instituição da PNPS, sob a perspectiva da “participação como método de governo”, foi o auge da “ascensão” da participação social no GF, por outro, as reações contrárias à PNPS foram emblemáticas para explicar o processo de “queda”. Um exemplo disso é que, em 2019, o governo Bolsonaro revogou a PNPS e o SNPS e, desde então, tem promovido mudanças significativas nas IPs federais, alterando seu perfil e reduzindo sua importância.

Este artigo está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção discute a ascensão da participação social a partir da ênfase na promoção e diversificação de IPs e de interfaces socioestatais. A seção 3 discute o processo de construção da PNPS e do SNPS, na busca pela instituição da participação como “método de governo”. A seção 4 aborda as dificuldades e os dilemas

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi29art9>

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

3. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diest/Ipea.

4. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diest/Ipea.

5. Técnica de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea.

6. Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea.

7. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

8. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/>>.

enfrentados pelas IPs federais durante o período marcado pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e pela administração de Michel Temer. Por fim, a quinta seção aponta o processo de desmantelamento e deslegitimação que tem acometido as IPs durante o governo do presidente Jair Bolsonaro.

2 A ASCENSÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO GOVERNO FEDERAL

A primeira década do século XXI foi palco de uma transformação no panorama institucional da democracia brasileira. Canais de participação da sociedade na produção de políticas públicas, já há muito difundidos nos governos locais e estaduais, foram reforçados na esfera federal. A partir de 2003, o GF reformulou os conselhos nacionais existentes, criou novos conselhos, intensificou a realização de conferências nacionais e inovou os formatos participativos, como evidenciam as mesas de negociação, os fóruns de debate, as ouvidorias e o plano plurianual participativo (Lopez e Pires, 2010).

As pesquisas do Ipea abordaram, desde o início, o adensamento das formas de participação social nas políticas públicas federais. Destaca-se o *Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, de responsabilidade da Disoc, cujos capítulos são divididos por temática de política social na agenda do GF. Nas análises referentes a cada uma dessas áreas (saúde, educação, assistência social, desenvolvimento rural etc.), as deliberações de seus respectivos conselhos nacionais são levadas em conta na construção dos capítulos de avaliação, sobretudo aquelas decisões que implicam significativos impactos para a operacionalização de suas políticas. Também são apresentadas e discutidas as deliberações mais relevantes nas edições de conferências nacionais.

A criação da Diest permitiu a consolidação de uma área e de um grupo de pesquisa com ênfase nas IPs federais. Um dos objetivos desse grupo foi contribuir para um esforço de sistematização do processo de disseminação de instituições participativas, em parceria com a então Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e em diálogo com pesquisadores nacionais e internacionais. Tratava-se de compreender os fatores associados à emergência e à operação desses espaços, visando contribuir para o aperfeiçoamento da gestão democrática no país.

Essa sistematização visava, para além de um mapeamento da evolução quantitativa do fenômeno, abordar a diversidade de formatos emergentes. À medida que as IPs se espalhavam pelas políticas públicas federais, tornou-se necessário o uso de lentes analíticas mais amplas para captar, simultaneamente, a unidade e as variações internas do fenômeno. As discussões desenvolvidas em torno do conceito de interfaces socioestatais (Pires e Vaz, 2012; 2014) cumpriram esse papel, alargando o olhar para as distintas modalidades de interação entre atores estatais e não estatais, rompendo com agendas de pesquisa e intervenção até então especializadas em processos participativos específicos.

O alargamento conceitual foi simultaneamente produto e elemento de reforço a proposições que vinham sendo gestadas paralelamente no interior da SGPR e da Diest, em torno da visão de um sistema de participação social no Brasil. Reivindicava-se a necessidade de pensarmos a democracia brasileira a partir de uma perspectiva multidimensional, abarcando não apenas as institucionalidades típicas do sistema representativo – eleições, partidos políticos e relações Executivo-Legislativo – e do sistema de controles da burocracia – responsabilização, transparência e prestação de contas –, mas também de um sistema participativo imbricado aos demais por meio de um amplo conjunto de processos formais de participação na formulação, na implementação e na avaliação de políticas públicas (Sá e Silva, Lopez e Pires, 2010). Nesse processo, tornou-se clara a necessidade de assegurar

a institucionalização dos processos participativos, garantindo a qualidade do funcionamento interno e a articulação entre os diversos canais e espaços já existentes.

A expansão e a diversificação das IPs, além da crescente percepção de seu caráter sistêmico, suscitaram preocupações sobre a sua efetividade. Isto é, tendo se tornado uma realidade incontornável na administração pública brasileira, a participação social adentrava então uma fase mais crítica. O exame mais aprofundado das efetivas contribuições que as IPs vinham aportando à atividade governamental tornou-se um objeto de estudo inescapável. Nesse momento, o Ipea foi pioneiro ao abordar a questão da efetividade, desde pontos de partida epistemológicos, passando por estratégias metodológicas, até a produção de conhecimento aplicável ao aperfeiçoamento das IPs (Pires, 2011). Questões como as seguintes tornaram-se centrais para analisar a qualidade da participação e seu papel na democracia brasileira (Pires, 2015).

- 1) As IPs eram efetivas em incluir os atores sociais afetados e representar adequadamente os seus pontos de vista?
- 2) As decisões e deliberações produzidas afetavam o processo decisório governamental e a gestão das políticas públicas?

3 A PARTICIPAÇÃO COMO MÉTODO DE GOVERNO: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA E DO SISTEMA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A busca de respostas para as perguntas citadas e o aprofundamento da parceria com a SGPR permitiram que o Ipea realizasse um conjunto de estudos pioneiros, com dados e conclusões inéditas sobre as IPs federais. Um primeiro esforço foi o de situar os espaços de participação como um conjunto que carregava a expectativa de contribuir para o fortalecimento da democracia. Tal conceituação buscou caracterizar o perfil, as características peculiares e as formas de atuação das IPs. A partir de diagnósticos sobre seu funcionamento, buscou-se identificar o potencial e os papéis de cada IP na futura PNPS e no SNPS. Nessa linha, pesquisas específicas enfatizaram os conselhos nacionais (Alencar *et al.*, 2014), as conferências nacionais (Souza *et al.*, 2013; Souza e Pires, 2012), as audiências públicas (Fonseca *et al.*, 2013a; 2013b) e as ouvidorias (Cardoso, 2010; Menezes e Cardoso, 2016).

Um segundo esforço buscou investigar se as IPs poderiam proporcionar um melhor funcionamento da gestão pública. Analisou-se a efetividade dos conselhos nacionais levando em conta os aspectos de inclusão e impacto nas políticas públicas (Alencar *et al.*, 2013). Para auxiliar gestores na concepção e na realização de conferências, foram reunidas recomendações que tratam do escopo, da convocação, da organização, das metodologias possíveis e do acompanhamento das resoluções (Rocha, 2009; Souza, 2012; Souza *et al.*, 2013). Por sua vez, os estudos sobre audiências públicas elaboraram recomendações para intensificar sua efetividade. Tais recomendações abrangiam a adequabilidade normativa, o momento de convocação, a capacidade institucional do órgão que convoca e a postura e os papéis desempenhados pelos mediadores das audiências públicas (Fonseca *et al.*, 2013a; 2013b). Sobre as ouvidorias, a questão mais discutida foi a necessidade de autonomia, que passa pela relação de poder entre o ouvidor e o titular da instituição e é condição necessária para sua efetividade (Menezes e Cardoso, 2016).

No âmbito da Disoc, o Ipea elaborou uma série de estudos sobre o funcionamento das IPs, ressaltando o seu papel na agenda setorial de políticas sociais (Silva, 2018a). Ao menos três áreas podem ser destacadas nesses esforços de pesquisa: economia solidária (Alencar e Silva, 2013; Silva,

Cunha e Silva, 2018; Silva, 2018b), segurança alimentar (Silva, 2014; 2019; Silva e Valadares, 2018) e políticas de emprego (Silva, 2018c; 2019).

Os estudos desenvolvidos constituíram subsídios para a institucionalização da PNPS e do SNPS. A proposta, materializada no Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, tinha como ênfase fortalecer a coordenação entre as diversas IPs, de modo que seus resultados fossem mais bem incorporados aos processos de gestão de políticas públicas. Com a institucionalização da PNPS, dava-se um passo adiante em direção a transformar a participação social em método de governo.

4 O QUESTIONAMENTO DO MODELO PARTICIPATIVO E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DAS IPs

Se a aprovação do Decreto nº 8.243/2014 foi o ápice do processo de ascensão das IPs no GF, esse decreto também marca o início da queda do modelo participativo. Logo após sua publicação, ele foi objeto de várias discussões, naquilo que veio a ser conhecido como a “polêmica bendita” (Alencar e Ribeiro, 2014). Nas redes sociais, na grande mídia e nos ambientes acadêmicos, houve manifestações contra e a favor da PNPS. Propuseram-se ações judiciais e atos legislativos para a sustação dos efeitos do decreto, nenhum bem-sucedido.⁹

Ofuscada pela efervescência do cenário político, a participação social rapidamente saiu das manchetes. As eleições de 2014 reconduziram Dilma Rousseff à Presidência da República, mas também fortaleceram a ala do Congresso Nacional descontente com a sua gestão. Em 2015, a SGPR esteve ocupada com a realização do Fórum Dialoga Brasil, para a promoção da participação social na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Essas ações foram eclipsadas, no entanto, pelo debate em torno da reforma ministerial e pelas medidas de ajuste econômico.

Em 2016, a tensão política ganhou escala devido ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Michel Temer assumiu a Presidência da República e sua atuação foi marcada pelo antagonismo com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, situação impulsionada por medidas impopulares como o teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016) e a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Nesse período, houve ainda embates entre o governo e órgãos de participação social.

Refletindo as mudanças no cenário político, a atuação do Ipea na área de participação social alterou-se sensivelmente. Os acordos de cooperação técnica, comuns no governo anterior, foram concluídos sem renovação. Profundamente reformulada, a SGPR encerrou a parceria com o Ipea. Entretanto, nesse período, foram realizados trabalhos frequentes de assessoramento governamental, principalmente por meio da participação em grupos de trabalho, destacando-se a Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP) e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A agenda de pesquisa, no entanto, passou a ser desenvolvida mais por iniciativa própria do que por demanda de outros órgãos do GF. A produção nesse período foi caracterizada pelo esforço de mapeamento e diagnóstico do cenário participativo, envolvendo a gestão da participação social (Avelino, 2015; Avelino e Alencar, 2017), conferências nacionais (Avelino e Goulin, 2018), composição dos conselhos (Avelino, Ribeiro e Machado, 2017) e suas redes de relações (Alencar e Reyes Junior, 2017). Um caso de destaque foi a pesquisa sobre equipes de apoio aos colegiados (Avelino, Alencar

9. O caso de maior repercussão foi o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.491/2014, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas não concluiu sua tramitação no Senado Federal.

e Costa, 2017), que identificou a gradativa perda de autonomia e capacidade administrativa nesses espaços, que lutavam pela sobrevivência.

5 O COLAPSO DO MODELO PARTICIPATIVO NO GF

O Ipea realizou – entre 2017 e 2018 – um estudo em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) que buscava, por um lado, melhorar a capacidade de gestão de sete conselhos nacionais ligados ao ministério e, por outro, analisar a agenda política, fazendo um balanço do que era discutido e produzido no âmbito dos conselhos, com o objetivo de auxiliá-los a atravessar a transição governamental que teria lugar em 2019.

O estudo identificou conflitos relevantes entre as representações do governo e da sociedade civil. Avelino, Fonseca e Pompeu (2020) mostram que havia muita dificuldade em travar um diálogo construtivo entre o MDH e seus conselhos vinculados. Foi identificada, também, a reprodução – e por vezes o agravamento – das dificuldades de gestão por parte das equipes técnicas dos conselhos. Episódios de escassez de recursos humanos e financeiros para a gestão administrativa básica – tal como a compra de passagens e diárias e dificuldades na manutenção de memória institucional – eram frequentes devido aos cortes de gastos na administração federal, que afetavam, de forma ainda mais incisiva, IPs cuja legitimidade política recaía rapidamente.

Ainda assim, no final de 2018, apesar das dificuldades apontadas, houve uma tentativa de aproximação entre o governo e a sociedade civil organizada, como foi o caso da motivação que gerou a pesquisa e a assessoria prestada pelo Ipea ao MDH. Tal cenário mudou a partir de 2019, com o início do governo de Jair Bolsonaro. O presidente e seus aliados mais próximos posicionaram-se explicitamente de maneira contrária à atuação das IPs.

O argumento desse grupo político – desde a época da “polêmica bendita” – é que as IPs usurpam prerrogativas do Congresso Nacional e replicam modelos de gestão típicos de países socialistas e comunistas. Tal argumento embasou o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”.¹⁰ Esse decreto revogou a PNPS e o SNPS, colocando termo à tentativa de transformar a participação em método de governo. Ademais, o Decreto nº 9.759/2019 extinguiu um amplo conjunto de colegiados não previstos em lei.

Apesar disso, a previsão em lei de alguns colegiados forneceu uma resiliência institucional necessária para evitar o completo dismantelamento (Bauer *et al.*, 2012; Jordan, Bauer e Green-Pedersen, 2013) da arquitetura participativa no GF. Para esses conselhos “resilientes”, entretanto, a estratégia do governo Bolsonaro parece ser a redução da autonomia administrativa e financeira, a diminuição do número de conselheiros da sociedade civil, o aumento do número de representantes governamentais e a alteração de regimentos internos, que modificam a forma de seleção dos conselheiros e as atribuições dos colegiados, a partir de um processo de “colonização institucional” (Avelino, Fonseca e Pompeu, 2020).

O cenário de dismantelamento também é estendido às demais IPs, como as conferências nacionais. A baixíssima realização de conferências no período recente demonstra o abandono dessa modalidade de participação e a mudança de modelos de gestão. Alguns processos participativos mais pontuais – como audiências e consultas públicas – continuam a ser realizados por força de exigências

10. Disponível em: <<https://bit.ly/2Rt9qsf>>.

legais ainda vigentes, mas vêm assumindo caráter cada vez mais protocolar (sem um adequado monitoramento que indique *se* e *onde* a participação social foi levada em conta).

Por fim, tal declínio tem sido aprofundado pela pandemia da Covid-19, que se alastrou pelo Brasil durante o ano de 2020. A desarticulação e as dificuldades de gestão que já assolavam as IPs federais estão sendo aprofundadas, apontando para um cenário futuro de crescente desmantelamento nessa instância de governo e para o deslocamento do núcleo dinâmico da institucionalização da participação de volta para os níveis subnacionais.

Em tal cenário, a Diest vem realizando pesquisas no âmbito da agenda de democracia e participação. A ênfase em instituições participativas subnacionais foi abordada a partir do exemplo da Consulta Popular (CP), no Rio Grande do Sul (Fonseca, 2019). A CP, institucionalizada por lei estadual em um governo de centro-direita e ativa há mais de vinte anos, mostra como é possível que haja convivência e efetividade de IPs em governos de direita. Exemplos como esse podem ser úteis para preservar e aumentar a efetividade das IPs federais.

Em outra frente, o Ipea iniciou uma pesquisa sobre o tema da democracia digital. O projeto realizou um mapeamento das principais iniciativas sobre o tema em âmbito federal (Avelino, Pompeu e Fonseca, 2021a) e tem enfatizado as áreas de transparência e dados abertos governamentais. Nas iniciativas analisadas, é percebido que os diálogos entre Estado e sociedade permanecem ativos, ainda que sob novas bases. Em conselhos, conferências e demais IPs federais, a ênfase participativa tem caráter coletivo, a partir da interação entre representantes do Estado e da sociedade civil organizada. As iniciativas de democracia digital, por sua vez, tendem a enfatizar a relação direta entre o Estado e o cidadão individual, muitas vezes visto sob a ótica de usuários de serviços públicos e de clientes (Avelino, Pompeu e Fonseca, 2021b).

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. *et al.* Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 112-146, 2013.
- ALENCAR, J. *et al.* **Conselhos nacionais**: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília: Ipea, 2014. (Relatório de Pesquisa).
- ALENCAR, J.; REYES JUNIOR, E. **Análise da rede de relações e sua influência nas políticas públicas de turismo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2355).
- ALENCAR, J.; RIBEIRO, U. O decreto sobre a participação social no governo federal e a “polêmica bendita”. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 6, p. 23-27, 2014.
- ALENCAR, J.; SILVA, S. Participação social em políticas públicas de economia solidária: o que dizem os membros do Conselho Nacional de Economia Solidária? **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 54, p. 93-100, 2013.
- AVELINO, D. Difusão e concentração: notas sobre a gestão da participação social no governo federal. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 8, p. 18-23, 2015.

- AVELINO, D.; ALENCAR, J. Articulação e transversalidade: percursos da participação social no governo federal brasileiro. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 12, 2017, p. 75-80, 2017.
- AVELINO, D.; ALENCAR, J.; COSTA, P. **Colegiados nacionais de políticas públicas em contexto de mudanças**: equipes de apoio e estratégias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2340).
- AVELINO, D.; FONSECA, I.; POMPEU, J. **Conselhos nacionais de direitos humanos**: uma análise da agenda política. Brasília: Ipea, 2020.
- AVELINO, D.; GOULIN, L. **Base de dados sobre conferências nacionais e um ensaio de análise lexical por contexto**. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2374).
- AVELINO, D.; POMPEU, J.; FONSECA, I. **Democracia digital**: mapeamento de experiências em dados abertos, governo digital e ouvidorias públicas. Brasília: Ipea, 2021a. (Texto para Discussão, n. 2624).
- _____. Políticas públicas de democracia digital no governo federal: individualização da cidadania? **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 25, p. 43-48, 2021b.
- AVELINO, D.; RIBEIRO, J.; MACHADO, D. **Representação da sociedade civil nos conselhos e comissões nacionais**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- BAUER, M. *et al.* (Eds.). **Dismantling public policy**: preferences, strategies, and effects. Oxford: OUP Oxford, 2012.
- CARDOSO, A. **Ouvidoria como instrumento de mudança**. Brasília: Ipea, 2010. (Texto para Discussão, n. 1480).
- FONSECA, I. Resiliência, escala e participação em governos de direita: uma análise da Consulta Popular, no Rio Grande do Sul (1998-2018). **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 694-725, 2019.
- FONSECA, I. *et al.* Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 64, n. 1, p. 7-29, 2013a.
- _____. **Potencial de efetividade das audiências públicas do governo federal**. Brasília: Ipea, 2013b. (Relatório de Pesquisa).
- JORDAN, A.; BAUER, M.; GREEN-PEDERSEN, C. Policy dismantling. **Journal of European Public Policy**, v. 20, n. 5, p. 795-805, 2013.
- LOPEZ, F.; PIRES, R. Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. *In*: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. p. 565-588.
- MENEZES, R.; CARDOSO, A. (Org.) **Ouvidoria pública brasileira**: reflexões, avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2016.
- PIRES, R. **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011.

_____. The midlife of participatory institutions in Brazil. **LASA Forum**, v. XLVI, n. 3, p. 28-30, 2015.

PIRES, R.; VAZ, A. **Participação social como método de governo?** Um mapeamento das interfaces socioestatais nos programas federais. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1707).

_____. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 61-91, 2014.

ROCHA, E. **Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas:** reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. (Texto para Discussão, n. 1378).

SÁ E SILVA, F. de; LOPEZ, F.; PIRES, R. A democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia. *In:* _____. (Org.) **Estado, instituições e democracia:** democracia. Brasília: Ipea, 2010. p. 17-46. v. 2.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional:** projetos, descontinuidades e consolidação. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1953).

_____. **Laços na diversidade:** análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil. Brasília: Ipea, 2018a. (Texto para Discussão, n. 2367).

_____. **Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa:** uma análise acerca da experiência brasileira. Brasília: Ipea, 2018b. (Texto para Discussão, n. 2358).

_____. **Arranjos institucionais de financiamento das políticas públicas de trabalho e renda no Brasil:** uma análise a partir da trajetória do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Brasília: Ipea, 2018c. (Texto para Discussão, n. 2437).

_____. **Trajетória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2529).

SILVA, S. P.; CUNHA, G.; SILVA, R. **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental:** uma análise processual das conferências nacionais de economia solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2360).

SILVA, S. P.; VALADARES, A. Segurança alimentar e nutricional. *In:* IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desafios da nação.** Brasília: Ipea, 2018. v. 2.

SOUZA, C. **A que vieram as conferências nacionais?** Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1718).

SOUZA, C. *et al.* **Ampliação da participação na gestão pública:** um estudo sobre conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2011. Brasília: Ipea, 2013. (Relatório de Pesquisa).

SOUZA, C.; PIRES, R. Conferências nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva de gestores federais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 63, n. 4, 2012.